

UMA ANÁLISE SOBRE AS CARACTERÍSTICAS ATUAIS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Carlos Eduardo da Silva Galante¹

RESUMO

O presente artigo tem como escopo uma tentativa de se explicar a postura da atual política externa brasileira no cenário internacional. Inicialmente, cabe ressaltar a expectativa que havia em torno desse tema com a eleição da presidenta Dilma Rousseff, uma vez que o Brasil demonstrou nos últimos anos ter ambições políticas no cenário mundial, em especial no Conselho de Segurança da ONU. Imaginava-se que, com o novo comando do executivo federal, o Itamaraty desempenharia um novo papel nas relações diplomáticas e nas relações externas. Não seria uma ruptura drástica com a história diplomática brasileira, mas sim uma mudança conceitual, política ou até mesmo, comportamental do órgão diplomático. Contudo, transcorrido a metade do mandato da presidenta Dilma, o que se percebe é quase uma mesmice em relação às ações realizadas pelo governo sucedido. A atual política externa brasileira está pautada por uma conjuntura de continuidade e previsibilidade de ações e de atuação, apesar do atual Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota, afirmar existir uma nova orientação política para o contexto externo. Agora, fala-se da “multipolaridade benigna” ou “multipolaridade da cooperação e inclusiva”, que se caracteriza por perfilhar com a ideia de existência de uma composição multipolar de poder no cenário internacional. É o mesmo discurso de anos atrás, porém com novas palavras.

PALAVRAS CHAVES: Política Externa Brasileira, Ministério das Relações Exteriores, perspectivas.

ABSTRACT

This article is scoped to an attempt to explain the current Brazilian foreign policy posture on the international stage. Initially, it is worth noting the expectation that there were around that theme with the election of President Dilma Rousseff, since Brazil has demonstrated in recent years have political ambitions on the world stage, in particular in the UN Security Council. Imagine that, with the new command of the federal executive, the Itamaraty would play a new role in diplomatic relations and external relations. There would be a drastic break with the Brazilian diplomatic history, but a conceptual change, politics or even diplomatic organ, behavioral. However, after half the mandate of President Dilma, what we see is almost a sameness in relation to actions taken by the Government. The current Brazilian foreign policy is guided by a framework of continuity and predictability of actions and activities, despite the current Minister of Foreign Affairs of Brazil, Antonio Patriota, say there is a new political orientation for the external context. Now, there is talk of "benign" or "multipolarity multipolarity and inclusive cooperation", which is characterized by follow the idea of the existence of a multipolar composition of power on the international scene. It's the same speech from years ago, but with new words.

KEY WORDS: Brazilian foreign policy, Ministry of Foreign Affairs, perspectives.

¹ Graduado em Automação pela Unesp e em Direito pela Faculdade Processus, Pós-graduado em Direito Administrativo, Direito Penal e em Direito Civil pelo Instituto Processus, Mestrando em Direito Internacional pela Universidade San Carlos, servidor público do Governo do Distrito Federal, Professor de cursos de graduação da Faculdade Processus.

INTRODUÇÃO

Há no Brasil um hábito de se abordar a política externa brasileira com base em conceitos e pressuposições sobre uma mesmice histórica contínua nas atuações diplomáticas, motivadas pelo próprio Ministério das Relações Exteriores. Contudo, a eleição da Presidente Dilma Rousseff ruiu os debates em torno das possíveis mudanças na atuação do Brasil frente à política externa, o que poderia ser um papel mais relevante e decisivo do Itamaraty frente aos desafios da pasta, sugerindo, portanto, mudança de foco ou até mesmo de posicionamento institucional.

Contudo, até agora o que se percebe é uma presidenta envolvida em uma agenda mais discursiva e menos prática e atuante e o alinhamento do Itamaraty com essa postura, já que a atuação brasileira no exterior tem demonstrado certo pragmatismo e racionalidade, algo bem próximo do "profissional". Não ocorreram mudanças significativas no comportamento político externo do Brasil e a essência continua a mesma: aprofundar as relações com os países da América do Sul e da África, sem se afastar das importantes relações com os Estados Unidos, União Europeia e China e manter a abstenção do país no insistente e vazio discurso antiamericano lançados pelos chamados países bolivarianos:

Venezuela, Bolívia, Nicarágua e Equador. Tem-se ainda o fato desse governo atual insistir na necessidade de mudanças nos organismos multilaterais para que majore o papel dos países emergentes nos seus processos decisórios. Quase nada mudou.

O que se percebe é uma continuidade frente até mesmo, por que não dizer, da opção recente do eleitor nacional. Essa decisão política manteve as linhas que estavam sendo trabalhadas e o discurso atual é um mesmo: desenvolver e manter relações iguais, conforme discursado pelo presidente Lula e repetido pela presidenta Dilma.

Essa continuidade é de certa forma aceita e discutida e até mesmo, presença constante na história da política externa brasileira. Esta opinião é majoritariamente aceita e difundida por boa parte da literatura especializada sobre o desenvolvimento histórico da política externa do Brasil, que identifica a existência de elementos norteadores das decisões tomadas nesse campo. Amado Cervo (1994), por exemplo, os descreve como tradições² que

² Referência às tradições representadas pela orientação pacifista, a jurídica e a pragmática brasileira (CERVO, 1994).

acompanham a história da política externa brasileira, capazes de sobreviver às mudanças de governo e às próprias alterações organizacionais do Estado.

Ressalta-se que essa ideia de continuidade afirmada por aqui é quase inerente ao comportamento brasileiro no cenário mundial. O atributo “tradicional” reforça o reconhecimento de que a ação diplomática brasileira é única e, ao mesmo tempo, dotada de um padrão geral capaz de se amoldar às circunstâncias dominantes de cada momento. Nesse sentido afirmou o Senhor Embaixador Luiz Felipe Lampreia:

“Faz parte de nossa melhor tradição diplomática, desde a Independência, dar sentido realista à nossa política externa, recusando iniciativas de fácil fosforescência, e evitando guinadas bruscas de doutrina e de comportamento”³.

Entretanto, para que o Brasil alcance os objetivos almejados no campo da política externa deverá ter uma postura mais arrojada. Essa singularidade tradicionalista deverá ser acompanhada de posições políticas mais contundentes. Apesar do reconhecimento pelos especialistas de algumas mudanças importantes na política externa brasileira, como a reaproximação aos países do norte e o discurso de defesa dos direitos humanos, será necessário muito mais do isso para que de fato o Brasil assuma um papel mais relevante no cenário político mundial. A presidente Dilma tem uma importante escolha a fazer: manter essa continuidade pacifista e tradicionalista do país ou de fato posicionar o Brasil frente aos seus interesses no contexto político internacional de maneira mais objetiva e eficaz. Também o Itamaraty deverá adotar uma postura mais objetiva frente a esses desafios.

2. POLÍTICA EXTERNA DE DILMA É A MESMÍSSIMA DE LULA

Discorrer sobre a política externa do governo Lula e do governo Dilma é falar de alguns princípios expressos pela Política Externa Independente (PEI), pois as relações internacionais do Brasil se pautaram na busca de diversificação de parceiros com vistas a

³ Discurso do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, ex-Ministro de Estado das Relações Exteriores, por ocasião da posse do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, no Cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores, em 04 de janeiro de 1999.

conseguir um posicionamento internacional mais autônomo.⁴ Tal visão de política externa funda-se no pensamento nacionalista, deduzindo que a inserção brasileira se dá através da luta pelo desenvolvimento em um sistema mundial de poder.

É notório que no governo Lula, dado o diferente contexto internacional de seu período, mudam-se alguns componentes desta política. Nas palavras de Vizontini, durante o governo Lula “a diplomacia política (...) representa um campo de reafirmação dos interesses nacionais e de um verdadeiro protagonismo nas relações internacionais, com a intenção real de desenvolver uma “diplomacia ativa e afirmativa”⁵.

Percebe-se até agora que o governo da presidente Dilma Rousseff pautou-se em uma orientação similar no que tange a política externa. Dilma mudou a ênfase da política em alguns temas. Contudo, os princípios que direcionam a política exterior mantiveram-se basicamente os mesmos do governo anterior.

Como destaque, menciona-se a forma de como a Presidente Dilma conduz a política externa, atribuindo-se a ela um tom de mais impessoalidade, diferentemente do governo Lula. A política externa adotada pela presidenta tira o foco dela e objetiva mais as instituições e no direito internacional. Isto representa uma busca por credibilidade e demonstra a aspiração do país a superar as identidades ideológicas e os personalismos excessivos.

Não houve nos últimos 10 anos um posicionamento mais decisivo do Brasil no contexto político internacional. A tônica foi a abstenção e a passividade brasileira nos momentos mais importantes. Esse posicionamento diplomático pode ser percebido nas crises da Síria ou da Líbia, momentos em que a atuação brasileira do governo de Dilma não apresentou grandes mudanças em relação a seu antecessor.

Outros fatos ocorridos no governo atual ratificam esse entendimento. O Brasil se absteve na votação no Conselho de Segurança que aprovou uma ação militar na Líbia sob a justificativa de proteger civis. Também hesitou a reconhecer os rebeldes líbios que derrubaram o governo de Muamar Khadafi e assumiram o poder. O Brasil também não foi

⁴ GONÇALVES, Williams. “Panorama da Política Externa Brasileira no Governo Lula da Silva”. In: A política externa na era Lula: um balanço”. Org. Adriano de Freixo, Luiz Pedone, Thiago Moreira Rodrigues e Vagner Camilo Alves.

⁵ VIZENTINI, Paulo Fagundes. Relações Internacionais do Brasil: De Vargas a Lula. 3. Ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2008. p. 106

favorável a sanções contra a Síria em votações no âmbito do Conselho de Segurança da ONU – já que nesse fórum há o risco de que resoluções derivem em ação militar, como ocorreu no caso da Líbia.

Inicialmente, havia uma inclinação no sentido de que a presidente Dilma Rousseff ia alterar a política externa do governo anterior, conforme se notou durante as declarações iniciais sobre direitos humanos, no caso de uma iraniana condenada a pena cruel. Contudo foram apenas lampejos de mudanças. O ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, pelo tempo que viveu e serviu nos EUA, apontava para uma moderação. Pura utopia. Também tratou logo de sinalizar para algo muito diferente.

Também merece destaque a decisão do Conselho de Segurança da ONU sobre a Líbia, onde o Brasil se absteve, com a Rússia e a China. Na época, um sonoro aval ao desequilibrado ex-ditador Gaddafi. Logo após veio a pressão sobre o Congresso para rever o acordo de Itaipu, criando um grave precedente. O reconhecido pró-chavista Marco Aurélio Garcia, assessor internacional da Presidência, justificou a revisão como uma ação “geopolítica”. Condutas muito parecidas com as do governo anterior.

A decisão do STF sobre o caso do terrorista assassino Cesare Battisti teve claro abarcamento do governo Dilma, antes e depois, por meio do ministro da Justiça. Agora, o país enfrenta um constrangimento com os italianos, que fazem parte da formação econômica e cultural do Brasil contemporâneo. O posicionamento do Brasil frente a questão da suspensão do Paraguai do Mercosul também não surpreendeu aos especialistas.

Em resumo: nada, ou quase nada, mudou de relevante na política externa brasileira. Alguns sinais de mudanças que existiram logo se perderam ao longo desse governo.

3. POLÍTICA EXTERNA MAIS PLANEJADA E MENOS POLÍTICA

A presidenta Dilma Rousseff mostrou até agora algumas poucas diferenças importantes em comparação com o governo anterior, em especial no que respeito às relações internacionais brasileiras. Houve uma menor exposição da presidenta, as viagens diminuíram e as relações com África esfriaram um pouco, entre outras insignificantes mudanças.

Um interessante comentário sobre a política externa da presidenta pode ser atribuído a Renato Baumann, ex-diretor do Escritório da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) no Brasil e economista do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Para ele, mesmo sem ter a mesma força política individual de Lula, Dilma estaria imprimindo mais racionalidade à agenda diplomática. Atualmente, ocorrem planejamentos em detrimento as promessas impensadas, ou pensadas sem um estudo mais detalhado.

A presidenta Dilma Rousseff se baseia mais em análises e planejamentos para iniciar, por exemplo, a promoção de políticas de complementariedade produtiva com países vizinhos, como a permissão para a Petrobras subcontratar serviços na Argentina e Uruguai. E não oscilou em adotar medidas comerciais protecionistas, por causa da crise econômica global que produziu uma "guerra cambial". Tratou logo de proteger a economia brasileira dos nefastos efeitos da crise.

Tendo o planejamento como foco, a exposição da presidenta ficou mais restrita, ocorreram menos viagens e com isso, ficaram latentes as poucas oportunidades para usufruir das tribunas internacionais para oferecer aquilo que eleitores esquerdistas mais gostam: os discursos críticos contra o bloco dos países mais ricos, algo que Lula fazia com maestria, como na oportunidade em que discursou culpando aos “brancos de olhos azuis” pela crise financeira internacional de 2008.

O que se nota, pelo menos até agora, é que o governo Dilma retomou a postura diplomática mais convencional, como era tradição no Itamaraty. Não há uma significativa mudança de direção e sim, uma pauta política marcada pela ausência de crítica contra líderes de países que quase não respeitam aos direitos humanos. Pode-se mencionar, por exemplo, a postura pouco convincente do Brasil frente ao governo da Líbia durante a Primavera Árabe e a demora no reconhecimento do governo de Honduras.

A situação atual aponta para uma política externa de Dilma e de Antonio Patriota totalmente alinhada com as linhas mestras da diplomacia de Lula e Amorim. A ênfase nas relações com países em desenvolvimento e a busca por autonomia em relação aos países centrais e por maior protagonismo, entre outras características, continuam fortemente presentes. A mudança, se existir, está no estilo dos respectivos presidentes e chanceleres.

Hoje, as formas de atuação do Brasil no cenário internacional não diferem essencialmente quanto ao conteúdo, apenas refletem essas características dos seus atuais personagens.

A política externa da presidenta Dilma é mais cautelosa e planejada, dando a impressão, por vezes, de estar em uma posição de passividade total. Atualmente, inegável é o fato de o Brasil ter menos presença mundial e se colocar em uma posição mais defensiva diante do Norte e concretamente diante dos Estados Unidos. Ainda é precoce opinar se se trata de uma posição política diferente ou é apenas cautela excessiva.

Esse atual perfil político brasileiro não significa necessariamente falta de firmeza ou de aceitação tácita do contexto internacional. Recentemente, ficou claro que o Brasil pode sim ser firme nas suas posições. Talvez, o melhor exemplo disso tenha sido o desafio da diplomacia de Dilma/Patriota mais intrigante até agora: a destituição sumária do presidente do Paraguai Fernando Lugo pelo Congresso daquele país, em junho de 2012. O Brasil não só articulou a suspensão da nação vizinha da Unasul (União de Nações Sul-Americanas) e do Mercosul, como também trabalhou para a aprovação do ingresso da Venezuela neste último bloco – possibilidade que vinha sendo travada pelo parlamento paraguaio. Só não se sabe se essa posição brasileira, de condenação enfática dos golpistas, partiu muito mais do Planalto do que pelo Itamaraty e seu titular, que tenderiam a uma resposta mais branda e protocolar, conforme tradições daquele órgão diplomático.

O governo da presidenta Dilma Rousseff não mostrou mudanças significativas de conteúdo na diplomacia, embora seja evidente o intuito de evitar novos focos de polêmica. Essa postura tradicionalista de neutralidade está determinada pelo contexto internacional. Enquanto a diplomacia de Lula e Amorim tratou de fomentar o sucesso brasileiro no crescimento econômico e na melhoria dos indicadores sociais para estimular uma conduta externa ‘ativa e altiva’, como se dizia, a dupla Dilma e Patriota está centrada em restringir os efeitos e danos que a crise global possa trazer à economia brasileira.

Contudo, deve-se ressaltar que a política externa de Dilma procurou, ainda que muitas vezes sem sucesso, imprimir suas marcas. O embaixador Tovar da Silva Nunes, porta-voz do Itamaraty, afirmou que o legado – sobretudo do governo anterior – de projeção da diplomacia brasileira no mundo possibilitou à atual gestão aprofundá-la e criar nichos específicos. Menciona-se como exemplo dessa afirmação a atuação destacada do Brasil em

órgãos multilaterais, como o Conselho de Segurança e o Conselho de Direitos Humanos, ambos da ONU, na questão da soberania alimentar e nas discussões sobre mudanças climáticas. Nessas oportunidades, segundo ele, a atuação brasileira sempre se calçou na experiência brasileira de inclusão social e de diálogo para a paz. O propósito continua sendo o de seguir o histórico da política externa do Brasil, da diplomacia pelo diálogo, mas agora com voz mais ativa, colocando o país como novo paradigma de desenvolvimento.

4. BRASIL NÃO PODE FICAR EM CIMA DO MURO QUANDO O ASSUNTO É POLÍTICA EXTERNA

As relações entre os Estados nacionais são parecidas às que se dão entre os vizinhos. O principal é a amizade solidária, mas sem perder de vista o direito de cada uma das famílias a viver de acordo com suas ideias e crenças, suas regras próprias de conduta, e seus interesses privados. É assim que as visitas são recebidas em espaço próprio, com a família reunida, e a conversa fica em torno dos interesses gerais.

Imagina-se que nenhum visitante honrado falará aos donos da casa como governar a sua família. Nas relações internacionais essa conduta era conhecida, até tempos recentes, como o princípio da autodeterminação dos povos e de não ingerência em seus assuntos internos. O ideal nas relações externas é o da universalidade. Deve-se manter o diálogo diplomático com todos os países do mundo, mesmo que a sua política interna nos desagrade.

Para ser grande é preciso agir e pensar grande. Se o Brasil tem a pretensão de se tornar potência mundial não poderá mais “ser amigo de todos”, especialmente como no período da Guerra Fria, no qual o país teria assumido uma postura neutra, passiva e tradicionalista. Essa posição “em cima do muro” foi recentemente percebida quando a presidenta Dilma foi cobrada por ativistas cubanos para que se manifestasse sobre Direitos Humanos em Cuba, em sua primeira visita como presidente ao país, e preferiu “apontar o dedo para os Estados Unidos”. Na época, a presidente Dilma afirmou que todos os países têm telhado de vidro no tema direitos humanos e citou a Base de Guantánamo, que causa constrangimentos ao governo americano. Não soou bem.

A recente “postura ambivalente” da política externa brasileira significa continuidade do contexto diplomático. A considerar apenas a postura mais proativa da

presidenta Dilma Rousseff, como por exemplo, o voto do Brasil na ONU favorável à investigação do tema Direitos Humanos no Irã. Na medida em que o Brasil se posiciona como potência mundial, a presidente e os diplomatas brasileiros terão que ser mais assertivos sobre o que apoiam. Não há como o Brasil ser tornar uma potência mundial e ao mesmo tempo ser amigo de todos. São situações exclusivas e não mútuas.

O posicionamento “enquanto eles não prejudicarem os nossos interesses nem ofenderem a dignidade de nosso povo, não há por que cortar os contatos nem impedir os negócios de vantagens recíprocas” não pode mais ter lugar na política externa brasileira. Essa universalidade, no entanto, pode e deve reforçar alguns laços mais fortes, manter alianças políticas e comerciais com determinadas nações ou conjuntos de nações, mas não poderá servir de refúgio quando surgirem as grandes discussões.

A política de alianças internacionais é tão antiga quanto as comunidades autônomas. Elas já existiam nas tribos pré-históricas, e sempre se fazem para a defesa ou para a conquista.

Essa continuidade da política externa do governo anterior, em face de semelhantes críticas e de desafios crescentes, não pode prosperar. Esse equilíbrio entre o pragmatismo ideológico e a ideologia pragmática, dogmas inseparáveis pregados pelo Itamaraty não serão suficientes para conduzir o país em meio a um contexto internacional efervescente.

A política externa brasileira precisa sair da mesmice, da melancolia tradicionalista, do incansável modo de agradar a todos e a tudo. Não existe mais espaço no cenário mundial para esse tipo de atuação se o que se quer é se estabelecer como uma potência. Ou muda-se a maneira de se fazer política ou se estará fadado aos mesmos fundamentos políticos e à mesma posição intermediária.

5. E AÍ, TUDO BEM?

Após todas essas colocações uma pergunta se sobressai: e aí, está tudo bem com a política externa brasileira? Recentemente, o Ministério das Relações Exteriores promoveu mudanças em duas áreas estratégicas: a Secretaria-Geral e a Subsecretaria-Geral de

Assuntos Econômicos e Financeiros. O atual embaixador do Brasil no Paraguai, Eduardo Santos, assumirá a Secretaria-Geral do Itamaraty. Para a área econômica, o escolhido é o embaixador Enio Cordeiro. Serão essas mudanças uma tentativa para se realizar reformas mais profundas e relevantes na política externa brasileira?

O que se pode notar com essas mudanças é a manifesta nova-velha preocupação com a América do Sul. Considerado como um dos diplomatas mais preparados do Itamaraty, Eduardo Santos ganhou espaço na política externa atual devido a sua atuação na crise no Paraguai, deflagrada pela destituição do então presidente Fernando Lugo, que deixou o poder após a aprovação de um impeachment. Para os presidentes sul-americanos, a destituição ocorreu em meio ao rompimento da ordem democrática. Embaixador em Assunção à época dos fatos, Eduardo Santos foi elogiado pelo governo pela forma como conduziu os acontecimentos. Mas antes, o Embaixador já havia se destacado ao mediar as tensões entre brasiguaios (brasileiros que moram no Paraguai) e o governo Lugo.

Já Enio Cordeiro é apontado como um especialista em América do Sul. Embaixador em Buenos Aires, ele lida cotidianamente com as negociações entre os governos do Brasil e da Argentina. Para os brasileiros, os argentinos impõem barreiras que dificultam a entrada de produtos na região.

Tais escolhas reforçam a informação de que a política externa brasileira continua focada nos interesses do continente sul americano.

A considerar mesmo, só a recente mudança de política em relação aos Estados Unidos, maior economia do mundo e principal parceiro comercial do Brasil. Percebe-se que há uma clara reaproximação entre esses dois importantes países.

No governo anterior as relações com os yanques não eram satisfatórias. As discussões pairavam em torno das posições da política externa brasileira em relação à proximidade com países do Oriente Médio, com o Irã e com governos latino-americanos como o do venezuelano Hugo Chávez, opositor ferrenho dos EUA.

A reaproximação com esse importante parceiro vem ocorrendo em parte devido comércio bilateral e aos projetos de intercâmbio educacional e tecnológico estabelecidos recentemente. O fato mais substancial dessa retomada de relação com os EUA ocorreu no

final do ano que se passou época em que os americanos retomaram a posição de maior comprador dos produtos brasileiros após quase três anos de liderança chinesa.

Deve-se considerar e muito que o Brasil possui a sétima economia do mundo e uma das maiores população mundial. Falta ao país uma política externa mais decisiva, impulsionante, proativa. Talvez por isso a presidente Dilma Rousseff determinou recentemente ao primeiro escalão da área internacional do governo que repense a política externa brasileira para ajustá-la ao cenário mundial pós-Primavera Árabe e crise europeia. O momento é para se aproveitar é aumentar a influência do país no cenário internacional.

6. CONCLUSÃO

Planifica-se uma redefinição do projeto de diversificação do Brasil no mundo.

O momento é para aproveitar o entusiasmo com o país para amplificar a sua posição nos grandes temas da atualidade. A ideia central é mapear as oportunidades para reforçar a presença brasileira na agenda mundial. As Relações internacionais não podem ser mensuradas como se mensura uma ciência exata e o caminho escolhido é o da coerência, algo capaz de proporcionar credibilidade ao país. Muito pouco diante das necessidades de afirmação do país.

Numa realidade mais usual, essa mudança representará a participação mais efetiva dos diplomatas menos estrelados, que poderão atuar mais efetivamente das grandes decisões do mundo, e são muitos os indícios de que o Brasil está entrando para o grupo dos países dominantes. O fato é que o mundo atual é multipolar e isso possibilita um número maior de protagonistas.

Recentemente, a presidente fez críticas aos países ricos, ao dizer que a Europa provocou um “tsunami monetário” com suas medidas adotadas para enfrentar a crise. Tal crítica certamente provocou o surgimento de mais uma discussão. Essa discussão marcou um novo posicionamento da presidenta, que entende ser o momento de colher frutos, olhar de forma mais minuciosa as mudanças que houve no mundo.

E aí, tudo bem? Espera-se que sim para os novos tempos e novas tendências mundiais, afinal a política externa brasileira merece uma posição mais relevante do que aquela que se ocupa hoje.

BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Celso. **A ONU aos 60**. *Política Externa*, vol.14, nº 2, setembro-novembro, 2005

BARBOSA, R. A. O lugar do Brasil no Mundo. *Política Externa*, São Paulo, v.5, n.2, p.69-82, 1996.

CERVO, Amado Luis e BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 3. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

CERVO, Amado Luis. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luis. **A Ação Internacional do Brasil em um mundo em transformação: conceitos, objetivos e resultados (1990-2005)**. In: *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*, v. 1. Org. Henrique Altemani de Oliveira, Antônio Carlos Lessa. São Paulo: Saraiva, 2006.

CUNHA JR, Dirley da. *Curso de Direito Constitucional*. 2 Ed. Salvador: Ed. Juspodivm, 2008.

DANESE, S. F. A Diplomacia no processo de formação nacional do Brasil. *Política Externa*, São Paulo, v.8, n.1, p.98-117, 1999. *132 Perspectivas*, São Paulo, v. 33, p. 99-135, jan./jun. 2008

FAVERÃO, G. de M. *Autonomia, universalismo e alinhamento na política externa brasileira do século XX e suas implicações nos processos de integração regional*. 2006. 226f. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

GARCIA, Marco Aurélio. **A política externa brasileira**. In: *A nova política externa*. Org. Kjeld Jakobsen. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

GONÇALVES, Williams. “Panorama da Política Externa Brasileira no Governo Lula da Silva”. In: *A política externa na era Lula: um balanço*”. Org. Adriano de Freixo, Luiz Pedone, Thiago Moreira Rodrigues e Vagner Camilo Alves.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Uma política externa para enfrentar as vulnerabilidades e disparidades**. In: *A nova política externa*. Org. Kjeld Jakobsen. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

HOLZHACKER, D. O. *Atitudes e percepções das elites e da população sobre a política externa brasileira nos anos 90*. 2006. 233f. Tese (Doutorado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LAFER, C. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

LAMPREIA, L. F. *Discurso do Embaixador Luiz Felipe Lampreia por Ocasão da Posse do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa*. 04 de janeiro de 1999. Disponível em: <<http://www.embarg.org.br/disclampreia.htm>>. Acesso em: 13 jan 2013.

KALIL, Mariana Alves da Cunha. **Faça o que Eu Digo, Mas Não Faça o que Eu Faço: A Responsabilidade de Proteger na Política Externa Brasileira do Pós-Guerra Fria**. III Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa "San Tiago Dantas" (UNESP, UNICAMP e PUC/SP), 2011 KENKEL, Kai Michael. **Brazil and R2P: Does Taking Responsibility Mean Using Force?** in *Global Responsibility to Protect* 4- p.5-32, 2012.

LIMA, M. R. S. de. Aspiração internacional e política externa. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Rio de Janeiro, ano XIX, n.82, p.4-19, jan./mar. 2005.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. São Paulo: Ed. Atlas, 2007.

OLIVEIRA, H. A. *Política externa brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.

PINHEIRO, L. *Política externa brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2005.

VELASCO Jr., Paulo A. **Conselho de Segurança: Uma Reforma, muitas propostas, nenhum acordo**. Candelária vol. 3, Jul/Dez, 2005.

VIEIRA, M. A. M. de C. Idéias e instituições: uma reflexão sobre a política externa brasileira do início da década de 90. *Contexto Internacional*, v.23, n.2, Rio de Janeiro, p.245-293, 2001.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Política Externa Independente (1961-64): história e diplomacia**. In: Documentos da Política Externa independente (volume 2). Ed. Fundação Alexandre Gusmão.